

Raízes

Vol. 27, N° 1, jan. – jun./2008

APRESENTAÇÃO

A revista *Raízes* – Revista de Ciências Sociais e Econômicas – publica agora o número 27, correspondente ao volume 1, primeiro semestre de 2008. Apresenta temas que abarcam um amplo campo de estudos, perpassando o debate sobre a globalização e as interseções que decorrem deste fenômeno e impactam sobre modos diferenciados de vivenciar o trabalho; as formas de apropriação da natureza em situações específicas e a problematização de questões que valorizam o debate acerca do desenvolvimento enquanto produto de negociações e de embate entre forças que refletem interesses concorrentes. Os textos oferecem ainda ao leitor um panorama das reflexões acerca dos processos que envolvem a construção interdisciplinar de categorias interpretativas, as quais orientam o nosso olhar sobre a realidade dos espaços agrários brasileiros.

Roberto Vêras de Oliveira e Eliana Monteiro Moreira apresentam uma revisão crítica das reflexões acerca do processo de globalização, apontando caminhos de análise e reflexão acerca dos processos sociais multifacetados que desafiam nossa compreensão das sociedades contemporâneas.

Delma Pessanha Neves aborda criticamente as readequações e concepções de práticas políticas que informam os atos de descentralização administrativa analisados na gestão municipal exercida por prefeitas eleitas no exercício 2001-2004 em municípios da região Nordeste. Referenciada, de um lado, pelas relações de gênero e, de outro, pelo debate sobre o trabalho informal, **Mary Alves Mendes** descreve e analisa a trajetória de vida de um grupo de trabalhadoras rurais submetidas a condições socioeconômicas extremamente precárias e vulneráveis. Dentro do universo marcadamente desumano do trabalho rural, **Maria Aparecida Moraes Silva** debate a situação dos trabalhadores, especificamente dos cortadores de cana no Estado de São Paulo. O foco da discussão é a negação dos direitos trabalhistas e a submissão aos pressupostos produtivistas que têm ocasionado a morte de jovens e chefes de família, alargando o campo das lutas de classes.

Luís Henrique Cunha, José Irivaldo Alves Oliveira Silva e Aldo Manoel Branquinho Nunes analisam a diferenciação entre os projetos territoriais de diferentes atores sociais e a compreensão dos processos de territorialização como resultantes das tensões e entrelaçamentos entre projetos territoriais concorrentes de conservação da natureza. O trabalho de **Dalva Maria da Mota e Emanuel Oliveira** discute as mudanças na estrutura produtiva das áreas litorâneas do Estado de Sergipe, que estão diretamente relacionadas às formas de apropriação e uso dos recursos naturais indispensáveis à sobrevivência das populações tradicionais, cuja situação atual está comprometida e ameaçada. **Marcos Botton Piccin e Everton Lazzaretti Picolotto** realizam um instigante exercício de reflexão sobre a relação entre a luta pela terra e as experiências produtivas baseadas na agroecologia, no sentido de questionar como estes conhecimentos são acionados como estratégia de recomposição sociocultural que visa a internalização de elementos importantes para a reprodução do grupo familiar nos acampamentos e assentamentos.

O tema do desenvolvimento como adjetivo dos espaços rurais é tratado nos artigos de **André Grossi Machado** e **David José Caume** – que aborda alternativas ao desenvolvimento da agricultura familiar a partir do enfoque da pluriatividade e da funcionalidade enquanto dimensões que podem levar a um modelo sustentável de desenvolvimento rural; e o de **Patrícia Binkowski** e **Eduardo Ernesto Filippi**, que comentam a relação entre desenvolvimento e políticas públicas, assinalando que a construção do desenvolvimento não deve levar em consideração somente a dimensão econômica, mas também as dimensões ambiental, social, cultural e política – deslocando o foco dos discursos das políticas públicas no Rio Grande do Sul, atualmente orientadas para o incentivo dos cultivos de eucalipto.

Encerrando esse número de **Raízes**, Nicholas Davies analisa, a partir de uma pesquisa junto ao Tribunal de Contas da Paraíba, a aplicação dos recursos vinculados à educação no Estado.

Boa leitura a todos.

Os editores